

# PAISAGEM E GEOGRAFIA: UMA REVISÃO CONCEITUAL

Coaracy Eleutério da LUZ<sup>1</sup>

## RESUMO

A finalidade deste estudo consiste na elaboração de um breve relato acerca do conhecimento disponível sobre o decurso do conceito de paisagem na conjuntura da ciência geográfica no decorrer dos séculos XIX e XX. Para atingir tal objetivo, realizou-se análise e interpretação da produção científica existente, buscando um nível de avaliação crítica ao abordar as diferentes acepções sobre o tema. O referido exercício de análise evidenciou que o conceito geográfico construiu relevante papel no cerne do processo evolutivo da Geografia e suas diferentes escolas. Em cada estágio de desenvolvimento a interpretação paisagística apresentou visível aprofundamento explicativo, partindo de investigações basicamente assentadas nas obras humanas para pesquisas relativas ao campo das representações.

**Palavras chave:** Paisagem. Geografia. Revisão conceitual.

---

<sup>1</sup> Graduação em Geografia (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Paraná. Doutorado (em andamento) pela Universidade Estadual de Maringá. Docente (assistente D) do Colegiado do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Norte do Paraná (Campus de Cornélio Procópio).

## LANDSCAPE AND GEOGRAPHY : A CONCEPTUAL REVIEW

### ABSTRACT

The objective of this study consists in the elaboration of a brief report on the available knowledge about the course of the landscape concept in the context of geographical science during the nineteenth and twentieth centuries. To achieve this goal, it was carried out an analysis and interpretation of existing scientific literature, trying an evaluation critical level to approach the different meanings about the topic. Such analysis exercise revealed that the geographical concept built a relevant role at the heart of the evolutionary process of Geography and its different schools. In each development stage the landscape interpretation presented a visible explanatory depth, from investigations based basically on human works to researches related to the field of representations.

**Keywords:** Landscape. Geography. Conceptual review.

## 1 INTRODUÇÃO

Nesse estudo, interessa-se pela análise do conceito de paisagem sob a perspectiva da ciência geográfica, considerando o fato de que esta é entendida como um dos principais conceitos chave desse ramo do conhecimento. Basicamente esta é aceita como uma das formas de se compreender o espaço geográfico através de sua expressão fisionômica.

Ademais, reforça-se que o termo apresenta caráter polissêmico e dinâmico, visto que ao longo da evolução do pensamento geográfico este assumiu várias interpretações. E, atualmente percebe-se certo 'retorno da paisagem' nas pesquisas geográficas, perfazendo reflexões quanto à problemática ambiental e a gestão do território que se preocupam tanto com o ecológico, quanto o econômico e o cultural.

Assim, o referido artigo dedica-se a elaboração de um relato sobre o conhecimento disponível referente ao desenvolvimento teórico do conceito de paisagem no transcorrer da Geografia durante os séculos XIX e XX. Para tal propósito fez-se análises e interpretações da produção científica existente, visando proceder com uma avaliação crítica sobre as diferentes concepções do tema.

Destarte, este se caracteriza como um artigo de revisão, que metodologicamente fundamenta seus resultados e discussão em referências bibliográficas pertinentes e obras clássicas de autores gabaritados no assunto, tais como Paul Vidal de la Blache, Carl Sauer, Paul Claval, Roberto Lobato Corrêa, e outros.

Desse modo, destacam-se no texto as propriedades dos referenciais *lablachianos* baseados no paradigma possibilista ao manifestarem interesse na paisagem como meio para revelar a organização do espaço.

Com relação à interpretação *saueriana* de paisagem sobressai-se o trato dos fatos condizentes ao sustento físico e a cultura humana, já que esta se dividia em natural e cultural. Reconhece-se a relevância dessa etapa com a fundação da Escola de Berkeley que significou um marco para o desenvolvimento da Geografia Cultural no século passado.

Com o enfraquecimento do materialismo cultural em meados do século XX, em função das transformações na geografia dos lugares o conceito sofre um processo de reinterpretção e surgem novas articulações teóricas e metodológicas a partir das investigações de novos geógrafos culturais.

## 2 PAISAGEM E GEOGRAFIA CULTURAL TRADICIONAL

### 2.1 As contribuições de Paul Vidal de La Blache e seus discípulos

Dentre os aportes teóricos abalizados por Paul Vidal de La Blache (1845-1918), ressalta-se a seguinte premissa sobre homem e meio: “os grupos humanos tinham de adaptar-se às condições ambientais” (CLAVAL, 2011, p. 149). A adaptação tratada por ele caracterizava-se pela adoção de um modo de vida, de um gênero de vida, que poderia se referir a caça, pesca, criação de bovinos, ovelhas, suínos, cavalos, agricultura, etc. dessa forma, o gênero de vida surgia como uma solução ao problema de extrair do meio ambiente o que se necessitava para alimentação, vestuário, proteção do vento, da chuva, do frio e para dispor de ferramentas diversas, designado como um conjunto de técnicas e hábitos. Assim, essa adaptação dependia das “[...] técnicas produtivas e da possibilidade de inventar novas técnicas; [...] das técnicas de transporte e da possibilidade de desenvolver trocas com grupos vivendo em outros meios ambientes; [...] dos hábitos do grupo” (CLAVAL, 2011, p. 149).

E, essas técnicas de produção, de transporte e os hábitos pertencem a esfera da cultura, embora Vidal de La Blache não mencionasse a cultura, esta sempre teve um lugar central em suas concepções. Para este autor o papel da ‘força do hábito’ representava a causa mais importante para a rigidez dos gêneros de vida, o que percebia ao observar que migrantes transportavam com eles os seus gostos e os seus hábitos alimentares. Então, a cultura se fazia presente em sua obra através da técnica, com as possibilidades de inovação – daí o possibilismo *vidaliano* – e da força de hábito, entendido como o maior fator de inércia dos grupos humanos (CLAVAL, 2011).

Durante a década de 1900 uma evolução se desencadeava na concepção das tarefas da Geografia Humana, assim uma atenção nova dirigiu-se para o conceito de paisagem, desse modo, a descrição e a análise das paisagens cessaram de ser apenas meios para descobrir a organização do espaço, pois a realidade visível, na escala da vida dos indivíduos, tornou-se o objeto a ser descrito, analisado e explicado (CLAVAL, 2011).

Para Pierre Gourou (1902-2001) a Geografia possuía como tarefa, explicar a relação entre homens e meio ambiente, partindo dos mapas de densidades, pensamento essencialmente *vidaliano*. Este geógrafo acreditava que os grupos humanos dispunham de dois tipos de técnicas para extrair do meio ambiente aquilo que necessitavam – as técnicas de produção e as técnicas de organização social ou técnicas sociais. Desse modo, ele modernizou a visão *vidaliana* da cultura, pois esta sempre se manifestava nas análises sendo composta de

---

Geolingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia  
Maringá, v. 6, n. 1, p. 110-135, 2014  
ISSN 2175-862X (on-line)

duas partes, entretanto, falar de técnicas sociais criava um significado mais efetivo para a dimensão social da cultura (CLAVAL, 2011).

Um bom exemplo da fecundidade desse tipo de interpretação foi oferecido por Jacques-Molard, que trabalhou em Dakar nos anos quarenta e cinquenta. Distinguiu duas famílias de populações na África Ocidental: os paleonegritos e os sudaneses. [...]. Nos anos sessenta, setenta e oitenta, Jean Gallais (1926-1998) utilizou a herança vidaliana para interpretar a geografia das sociedades mais complexas do Sahel, da África Ocidental e da Etiópia (CLAVAL, 2011, p. 150-151).

Albert Demangeon (1872-1940), aluno de Vidal de La Blache, que assim como seu mestre, acreditava que a Geografia devia primeiramente estudar as relações entre homens e o meio ambiente, foi um dos primeiros a desenvolver esse tipo de interesse pelas paisagens. Então, devia-se analisar a gênese e o papel das paisagens transformadas pela ação humana. Considerava-se uma abordagem histórica – que analisava, por exemplo, as fases do desmatamento da Europa Central ou da drenagem das zonas litorais no Noroeste europeu – ou funcionalista – a habitação rural como suporte para a criação de bovinos ou de ovelhas, ou da produção de alimentos. Nessas análises não existia um interesse pelos fatores especificamente culturais, e este autor não se dedicava ao estudo das sociedades tradicionais, pois se interessava por regiões industriais. Não utilizava o conceito de gênero de vida, visto que este não se adequava bem aos países industrializados ou urbanizados (CLAVAL, 2011).

Albert Demangeon estudou, em consequência, as características mentais e as representações compartilhadas pelas elites e pelos outros grupos sociais dos países desenvolvidos. Publicou, em 1922, um pequeno livro sobre o Império Britânico. Essa obra oferecia uma análise das bases mentais e organizacionais da supremacia britânica. Nunca Albert Demangeon apresentou uma visão sintética da sua concepção sobre as representações mentais, mas sabemos, graças a seu assistente Jean Gottmann, que ele tinha o projeto de escrever um livro sobre esse tema. Morreu antes de sua redação. Mas as suas ideias não desapareceram, graças a Gottmann, que se utilizou da iconografia, isto é, das representações por meio de símbolos, base de todas as suas interpretações do mundo político (CLAVAL, 2011, p. 152).

Menciona-se também outro aluno de Vidal de La Blache, Jean Brunhes (1869-1930), que embora fiel ao seu mestre, demonstrou uma maior independência perante seus outros discípulos. Este também entendia que a Geografia tinha como finalidade estudar as relações entre o ser humano e o meio ambiente. Não obstante, pertencendo a uma família de matemáticos, astrônomos ou físicos, Brunhes alegava que a Geografia Humana tinha de ser construída por intermédio de fatores observáveis e dados objetivos (CLAVAL, 2011).

O estudo das paisagens começava, para Jean Brunhes, por uma classificação dos usos do solo e uma análise do funcionamento das fazendas, oficinas, usinas ou lojas na área escolhida. Essa fase tinha de ser acompanhada pela exploração dos fatores históricos e etnográficos que explicavam uma grande parte das formas observadas. [...]. Pierre Deffontaines colaborou com Jean Brunhes por mais de dez anos, a partir do fim da Primeira Guerra Mundial. Ele desenvolveu bastante as orientações de pesquisa iniciadas por Jean Brunhes. Teve pessoalmente um grande interesse pelo folclore e pela etnografia rural das regiões e países onde morou e trabalhou [...]. Pierre Deffontaines teve uma grande curiosidade por todas as manifestações visíveis das culturas na superfície da Terra, mas a sua abordagem sofria da fraqueza fundamental da tradição vidaliana: a recusa em analisar os processos mentais e o papel da idéias. [...] (CLAVAL, 2011, p. 153).

Claval (2011) explica que no período compreendido entre o final do século XIX até os anos sessenta, os geógrafos analisavam os fatos geográficos como dados objetivos, como se estes fossem feitos a partir do mundo físico. Dessa maneira, a disciplina não estudava a dimensão mental dos comportamentos humanos, e os geógrafos sabiam que a religião tinha um papel importante na geografia, no entanto, nunca falavam da fé, das crenças, porque são fenômenos mentais. Os aspectos religiosos apareciam somente no tocante a suas características materiais: “a presença de igrejas, templos ou mesquitas, a interdição de beber álcool e de comer carne de porco para os muçulmanos ou a existência de romarias” (CLAVAL, 2011, p. 148-149).

Embora, Pierre Deffontaines (1894-1978) tenha produzido ou dirigido estudos culturais menos originais que os de Demangeon ou Gottmann, sua influência foi muito grande na França e também entre estrangeiros. Ele dirigiu por mais de vinte anos a grande coleção de geografia cultural francesa com temas da tradição *vidaliana*, tais como: “O homem e a serra”, “O homem e a floresta”, “O homem e o inverno no Canadá”, “O homem e a vinha”, “O homem e as plantas cultivadas” (CLAVAL, 2011).

Ademais, constata-se uma perspectiva histórica original na geografia francesa desde Vidal de La Blache. Esta visava estudar a evolução específica de objetos geográficos, como formas de paisagem, sistemas agrários, planos de cidades. Diferenciando-se nesse aspecto da geografia histórica desenvolvida pelos britânicos, que “ensaiavam reconstruir o que era a geografia humana, política, econômica, etc., no tempo de César, de Guilherme, o Conquistador, ou de Cromwell” (CLAVAL, 2011, p. 154).

Então, os geógrafos franceses criaram uma nova maneira de conceber e escrever história, sendo que o problema central não se situava mais no estudo das relações entre homens e meio ambiente. O interesse deslocar-se-ia para a paisagem rural como totalidade

ou para alguns elementos dela, tais como os terraços para cultivar encostas, a presença ou ausência de árvores junto a outras plantas de sebes, muros ou diques para proteger cidades ou zonas cultivadas das enchentes dos rios etc. Então, a história desses elementos aparecia também como feita de respostas funcionais a problemas econômicos e como resultado das escolhas, das preferências individuais ou dos valores coletivos das populações locais. O papel da cultura era, dessa maneira, evidenciado na sua dimensão racional e universal, ou na sua dimensão local e particular (CLAVAL, 2011, p. 154).

Roger Dion (1896-1981) foi o melhor geógrafo da história na França entre os anos trinta e sessenta. Realizou pesquisas sobre a evolução dos diques ao longo do rio Loire, e depois as formas e a evolução das paisagens rurais na França. Sua publicação “História da vinha e do vinho na França” de 1959 foi seu livro mais interessante, baseado numa interpretação do papel simbólico do vinho na civilização francesa, inovando os estudos sobre o assunto desenvolvidos a época (CLAVAL, 2011).

Assemelhando-se ao geógrafo citado anteriormente, Xavier de Planhol (1926-) assumiu a abordagem histórica, interessando-se pelas paisagens rurais como realidades globais ou por certos elementos das mesmas. Alguns interesses parecidos aos de Dion, tais como a história das paisagens rurais francesas, porém com uma maior curiosidade pelas construções no campo, e sua obra refere-se essencialmente a geografia do mundo muçulmano (CLAVAL, 2011).

Claval (2011) esclarece que as contribuições essenciais provenientes dos geógrafos franceses, da história para o conhecimento das distribuições geográficas referem-se aos fatores culturais, preferências e valores, que têm um papel central na explicação de muitos fenômenos de geografia, no domínio econômico mais especialmente. Segundo as explicações do autor esses fatores culturais apresentam duas componentes: “uma componente geral, racional, universal [...], e uma componente ligada às condições e preferências locais, que aparecem muitas vezes como irracionais. Mas a cultura tem também componentes racionais” (CLAVAL, 2011, p. 156).

Tais estudos e suas respectivas características propalavam o contexto e o desenvolvimento da Geografia, balizando seu caráter dentre as outras ciências humanas. Segundo Berdoulay (2012) a geografia é a disciplina que mais mobilizou a ideia de homem transformador do meio ambiente, embora essa utilize, em diversos graus, e sempre menores, a influência do meio ambiente sobre o destino das sociedades humanas. O autor ainda ressalta a importância que deve ser dada a Paul Vidal de La Blache e aos seus

primeiros discípulos devido à formulação de uma teoria geral das relações humanas sobre o meio ambiente – possibilismo.

Este mobiliza, ao mesmo tempo, uma epistemologia neokantiana que privilegia o poder estruturador do espírito humano e o livre-arbítrio a ele associado, a perspectiva histórica que revela o sentido da interação humana com o meio ambiente e as contribuições das ciências naturais como foram revividas pelo neolamarckismo e pela abordagem ecológica. É esse possibilismo que insiste sobre a iniciativa humana e, ao mesmo tempo, sobre a força dos hábitos, privilegiando o estudo dos gêneros de vida e das organizações regionais, como mediações, que fornecem a abordagem mais sutil em matéria de relações entre o homem e o meio ambiente. Estas são concebidas como um conjunto de interações com modificações recíprocas das culturas e de seus meios, passando pela construção de mediações mais ou menos estáveis, como as paisagens, as regiões, os gêneros de vida etc. (BERDOULAY, 2012, p. 105).

Afirma-se que “em cada época, o imaginário coletivo define a concepção social de natureza e a traduz, transformando-as em artefatos materiais e simbólicos, ou seja, em cultura” (LUCHIARI, 2001, p. 11). A tradução mais completa da cultura foi registrada ao longo da história em função do conceito de paisagem. A paisagem além de ser um modelo abstrato de compreensão do meio, também significa materialidade por meio da qual a racionalidade humana organiza os homens e a natureza em territórios. Completa ainda admitindo que esta além de ser estruturante da sociedade, é portadora de sentido, visto que o domínio ideológico que compõem o espaço também está representado na organização social das paisagens (LUCHIARI, 2001).

## 2.2 As contribuições de Carl Sauer

Os alemães também foram responsáveis pela conceituação diferenciada de paisagem natural e paisagem cultural. Contudo, foi Carl Sauer (1889-1975), geógrafo alemão, que apresentou a noção de paisagem natural (*Naturlandschaft*) e paisagem cultural (*Kulturlandschaft*) à Geografia norte-americana (RISSO, 2008; BERDOULAY, 2012). Ele foi o precursor do resgate dos estudos da paisagem ao fundar a escola de Berkeley em 1922. Seus discípulos afirmavam que a paisagem é “uma herança de um longo período de evolução natural e de muitas gerações de esforço humano” (WAGNER; MIKESELL, 2011, p. 36).

Então, foi nos Estados Unidos, que a Geografia Cultural adquiriu plena identidade, inicialmente na escola de Berkeley (1922-1975) e em breve, dispersa em

---

Geogingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia  
Maringá, v. 6, n. 1, p. 110-135, 2014  
ISSN 2175-862X (on-line)



várias universidades (CORRÊA; ROSENDAHL, 2011). De acordo com Berdoulay (2012), essa escola, na atualidade, é utilizada sem que seja necessário afirmar uma filiação intelectual a Sauer, no entanto, seu peso sobre a ideia de uma Geografia Cultural é tão importante que a abordagem optada é sempre avaliada em relação ao início dessa escola.

Sauer ambicionava se opor a Geografia Humana divulgada pela Universidade de Chicago, a qual expressava uma visão relativamente determinista e cuja preocupação com o trabalho aplicado em detrimento das questões intelectuais não eram de seu apreço. Ciente da contribuição vidaliana e de suas origens baseadas no pensamento alemão, ele buscava promover uma geografia humana que não caísse no determinismo ambiental e econômico. Por isso, privilegiava o uso da expressão ‘geografia cultural’ (BERDOULAY, 2012).

A geografia cultural não se refere a um ramo particular da disciplina, mas a sua concepção. “Insistindo sobre o papel do homem, seus valores, atitudes e crenças na modificação do espaço terrestre” (BERDOULAY, 2012, p. 107). A clássica interpretação *saueriana* de paisagem recorre à transformação cultural do mundo natural, enfatizando as características visíveis e materiais e as estreitas ligações entre terra e vida – isto é, a paisagem em que se vive (NORTON, 2000, p. 2). Para Sauer a paisagem deve ser compreendida:

[...] como um somatório de características gerais [...]. A área anterior à introdução de atividade humana é representada por um conjunto de fatos morfológicos. As formas que o homem introduziu são um outro conjunto. Podemos chamar as primeiras, com referência ao homem, de paisagem natural, original [...]. As ações do homem se expressam por si mesmas na paisagem cultural. A paisagem cultural então é sujeita à mudança pelo desenvolvimento da cultura pela substituição de culturas. [...]. A paisagem cultural é a área geográfica em seu último significado. Suas formas são todas as obras do homem que caracterizam a paisagem [...]. A paisagem cultural é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural o resultado. Sob a influência de uma determinada cultura, ela própria mudando através do tempo, a paisagem apresenta um desenvolvimento [...]. Com a introdução de uma cultura diferente, isto é, estranha, estabelece-se um rejuvenescimento da paisagem cultural ou uma nova paisagem se sobrepõe sobre o que sobrou da antiga. A paisagem natural é evidentemente de fundamental importância, pois ela fornece os materiais com os quais a paisagem cultural é formada (SAUER, 1998 apud RISSO, 2008, p. 69-70).

Carl O. Sauer dividiu o espaço em áreas naturais e culturais. As áreas naturais seriam aquelas em que o homem nunca teria agido, ou seja, sem interferência humana. Basicamente, as áreas culturais seriam aquelas que já haviam sofrido a interferência humana (MOREIRA, 2009). Complementando, segundo Holzer (1999) o estudo da Geografia para Carl Sauer estava vinculado ao conceito de ‘paisagem cultural’, no qual a cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural é o resultado.

A área anterior a introdução da atividade humana está representada por um corpo de fatos morfológicos. As formas que introduziram o homem constituem outro conjunto. Pode se chamar o primeiro, por referência ao homem, a paisagem natural. Não existe já de maneira integral em muitas partes do mundo, mas sua reconstrução e compreensão constituem a primeira parte da morfologia formal. Nessa perspectiva, os eventos anteriores pertencem, sobretudo, no campo da geologia, e seu tratamento histórico na geografia constitui apenas um artefato descritivo empregado onde seja necessário para aclarar a relação das formas físicas que são significativas no habitat (SAUER, 2011).

Nos Estados Unidos, Carl Sauer defendeu vigorosamente uma unidade dialética entre cultura e natureza como a base do estudo da paisagem em geografia. No seu ensaio metodológico inicial, “A Morfologia da Paisagem”, Sauer (1925) afirmou que os objetos que existem juntos na paisagem formam um todo indivisível, no qual terra e vida têm de ser vistas juntas. Neste trabalho, ele fez uma divisão conceitual entre paisagem natural e cultural, sendo a primeira um estágio sobre a qual a “cultura” operava, então, um processo de transformação. Em trabalhos posteriores, Sauer (1941, 1952, 1956) estava mais ansioso para enfatizar a “avaliação cultural” da natureza como ponto de partida para o estudo da geografia humana, em vez do conceito de paisagem “natural”. Mas Sauer não fornece uma teoria concreta para o aparecimento e natureza da cultura. “Não lidamos com Cultura, mas com culturas” (SAUER, 1941, p. 378 apud COSGROVE, 2011, p. 107). Essas “culturas” são reificadas como uma força ativa na transformação ambiental, aparentemente divorciada de sua base na natureza. Culturas são conjuntos de “hábitos adquiridos” envolvendo “atitudes e preferências, que foram adquiridas” e estão incessantemente sujeitas à mudança (SAUER, 1941, p. 359 apud COSGROVE, 2011, p. 108). O modo de tal aquisição e mudança, a maneira pela qual características culturais se combinam dentro de áreas para produzir um modo de vida e a “personalidade” da paisagem (COSGROVE, 2011, p. 107-108).

Para Berdoulay (2012), nota-se um paradoxo pelo fato de Sauer defender uma geografia cultural sem procurar impor uma teoria particular da cultura. Inicialmente, ele foi marcado pela concepção da cultura tal como defendida por autores alemães,

destacando a radical singularidade de toda cultura, ligando-a de maneira indissociável a raça, ao território e aos valores. Porém, ele a rejeita rapidamente, preferindo observar na paisagem múltiplas manifestações dos valores, percepções e criatividade humanas. “A geografia que instilou foi então aberta a uma grande variedade de temas. [...] a escola de Berkeley privilegiou a perspectiva histórica, as formações regionais e o estudo das paisagens transformadas pela ação humana” (BERDOULAY, 2012, p. 108).

Na gênese das paisagens, a escola de Berkeley se interessava pelos longos períodos, pelas atitudes, pela contribuição da história das ideias, pela identificação dos valores próprios aos diversos grupos humanos. Ao invés de fazer inventários, todo estudo geográfico, deve contribuir para responder as grandes questões sobre a transformação cultural do globo terrestre. Então, esta se caracterizava por uma geografia voltada para mudança, por importar-se com o tema da difusão das inovações e dos fatos culturais. Concomitantemente, predominava a visão ecológica, devido a sua preocupação com os efeitos destruidores da cultura sobre a natureza, Sauer difundia ativamente as ideias a favor da proteção e da conservação das paisagens (BERDOULAY, 2012).

Além disso, pode-se dizer que a partir de suas origens européias e sua proeminência nos Estados Unidos, a Geografia Cultural caracterizou-se pela adoção de inúmeros temas que definem uma tradição. No período entre 1890 e 1940, enfatizava-se quatro temas vinculados as relações entre sociedade e natureza: a análise das técnicas, os instrumentos de trabalho, a paisagem cultural e os gêneros de vida, assim contemplavam-se os aspectos materiais da cultura pelo trato dos três primeiros e os aspectos não materiais ao analisar o último tema (CORRÊA, 1999).

Ainda, segundo Sauer (2011) o termo ‘paisagem’ foi proposto para designar o conceito unitário da geografia, para caracterizar a associação de fatos peculiarmente geográficos. Termos equivalentes em certo sentido, são os de ‘área’ e ‘região’. O primeiro consiste em um termo geral, não distintivamente geográfico. E o segundo para alguns geógrafos ao menos implica uma ordem de magnitude. A paisagem não é simplesmente um cenário atual contemplado por um observador. A paisagem geográfica é uma generalização derivada da observação de cenários individuais. Sauer foi o mais importante difusor do novo conceito geográfico, este delineou suas características mais marcantes, em princípio colocando-o como termo central da geografia enquanto corologia. (HOLZER, 1999).

Uma apresentação ordenada das paisagens da Terra é um empreendimento formidável. Começando com a infinita diversidade, se selecionam traços sobressalentes e relacionados com o propósito de estabelecer o caráter da paisagem e situá-la em um sistema. Sem dúvida, a qualidade genérica não existe no mesmo sentido que no mundo biológico. Cada paisagem tem tanto individualidade como relação com outras paisagens, e o mesmo é certo para as formas que a integram [...]. Na medida em que estas qualidades permanecem completamente isoladas entre si, estão mais além do alcance do tratamento sistemático, mais além do conhecimento organizado que chamamos ciência. “Nenhuma ciência pode sustentar ao nível de mera percepção... As assim chamadas ciências descritivas naturais, zoologia e botânica, não se limitam a contemplar o singular, senão que se elevam até os conceitos de espécie, gênero, família, classe, tipo”. “Não existe ciência ideográfica, isto é, uma que descreve o indivíduo simplesmente como tal. A geografia foi antes ideográfica; desde há muito intentou ser nomotética, e nenhum geógrafo a estabeleceria a seu nível anterior”. Qualquer que seja a opinião que se tenha sobre a lei natural, ou relação nomotética, genética ou causal, uma definição de paisagem como singular, carente de organização ou carente de relações, necessita de valor científico (SAUER, 2011, p. 5, tradução nossa).

O conteúdo da paisagem se encontra nas qualidades físicas da área que são significantes para o homem e nas formas de seu uso de área, em fatos de sustento físico e fatos de cultura humana. Somente podemos formar uma ideia de paisagem em termos de suas relações no tempo e no espaço. Encontra-se em um contínuo processo de desenvolvimento, ou de dissolução e substituição. Em sentido corológico, sem dúvida, as modificações de área devido ao homem, e sua apropriação para seus usos, tem uma importância dominante (SAUER, 2011).

Os trabalhos do homem se expressam na paisagem cultural. Pode haver uma sucessão destas paisagens correspondente a uma sucessão de culturas. Em cada caso, se derivam da paisagem natural, enquanto o homem tem seu lugar na natureza como um agente distintivo de modificação. De especial significado clímax da cultura que chamamos civilização. Nesse momento, a paisagem cultural se vê sujeita as mudanças tanto pelo desenvolvimento de uma cultura como por uma substituição de culturas. A linha de datação a partir da qual se mede cada mudança é a condição natural da paisagem. A divisão de formas em naturais e culturais é a base necessária para determinar a importância real e o caráter da atividade do homem (SAUER, 2011).

### 3 PAISAGEM E A NOVA GEOGRAFIA CULTURAL

Nos anos quarenta, cinquenta ou sessenta do século XX, o conceito de gênero de vida persistia e era atribuído aos estudos geográficos no Terceiro Mundo. Simultaneamente, os geógrafos do mundo desenvolvido ensinavam inventar outros instrumentos para entender outros tipos de sociedades e de geografias (CLAVAL, 2011).

Nas primeiras décadas do nosso século, os geógrafos interessados nos fatos de cultura voltavam-se essencialmente à diversidade das pequenas células de sociedades de etnólogos e dos campos do mundo tradicional. O progresso técnico, a facilidade das comunicações e a industrialização das fabricações de utensílios estão em vias de apagar esses traços.

A inquietude, suscitada pela uniformização do mundo, já estava presente nos geógrafos do início do século. [...] Até a Segunda Guerra Mundial, os campos mantêm, entretanto, uma forte especificidade: continua-se a utilizar em alguns lugares os arados comuns e, em outros, arados simples, e para atrelá-los, segundo o lugar, asnos, cavalos, mulas, bois, búfalos ou camelos. O material de cultura uniformiza-se, pois os camponeses recorrem cada vez mais aos arados produzidos pela indústria e descobrem a eficácia das novas segadoras ou ceifeiras mecânicas. O número de modelos, entretanto, continua elevado e as fabricações são frequentemente adaptadas à natureza dos solos e ao tamanho das explorações da região, onde são vendidos. A uniformização do mundo só progrediu realmente nas grandes cidades e nas regiões industrializadas.

A irrupção do trator acelera as transformações: o motor a explosão e a eletricidade asseguram em toda a parte o acesso a formas concentradas de energia, o que provoca uma racionalização brutal do trabalho. Foram suficientes alguns anos na França, no momento do plano Marshall, para que a mecanização fosse completa. As atrelagens desaparecem, a criação de animais para o trato cessa em regiões inteiras e os parques de máquinas abrigados sob hangares ou dispersos ao livre assemelham-se desesperadamente.

O interesse dos geógrafos pelos fatos de cultura era centrado no conjunto de utensílios e equipamentos elaborados pelos homens para explorar o ambiente e organizar seu hábitat. A mecanização e a modernização introduzem um arsenal de máquinas e de tipos de construções tão padronizados que o objeto de estudo é esvaziado de interesse. A geografia cultural entra em declínio, porque desaparece a pertinência dos fatos de cultura para explicar a diversidade das distribuições humanas (CLAVAL, 2001, p. 47-48).

Pela explicação anterior, percebe-se que a modernização, e sua conseqüente uniformização dos utensílios e artefatos, atingiram em todos os lugares, a Geografia Cultural. Alguns lugares sentiram essas conseqüências mais que outros, como por exemplo, na França, que dava aos trabalhos realizados segundo o modelo *vidaliano* sua pertinência e profundidade, a análise dos gêneros de vida se tornou inadaptada ao mundo urbano e industrializado, pois este foi desenvolvido para a compreensão de sociedades tradicionais, sem grande divisão social do

trabalho. Todavia, não se aplicava bem nas sociedades mais complexas dos países urbanizados e industrializados. (CLAVAL, 2001; 2011). Tanto que,

Até os anos 1960, o desenvolvimento da geografia cultural esteve arrefecido pela sua recusa de se afastar da paisagem ou dos artefatos e por se interessar pelo que se passa no espírito das pessoas. Este bloqueio diminuiu hoje em dia. Por se interessar primeiramente pelos homens, os estudos podem hoje ir muito mais longe do que no passado (CLAVAL, 2006, p. 92).

Desde os primeiros anos do pós-guerra alguns autores como Max Sorre e Pierre George apontam essas limitações, porém sem tentar superá-las, estes impõem gradativamente a ideia de que os métodos de descrição apurados pela geografia francesa, que convém tão bem a apreensão das realidades culturais não eram feitos para a sociedade modernizada que se generalizava. Contudo, eles mereciam ser empregados nos países onde as células do mundo rural não foram atingidas pelo progresso. Tem-se aí a origem da oposição que se afirma entre geografia tropical e geografia dos países desenvolvidos (CLAVAL, 2001).

As sociedades idealizadas a partir do gênero de vida desapareciam em todos os lugares do mundo, esse fato parecia então, condenar as pesquisas de Geografia Cultural. Todavia, o desaparecimento desse ramo da Geografia que parecia assim programada para o início dos anos setenta não aconteceu (CLAVAL, 2001).

[...] A uniformização das técnicas e da vida material nunca foi tão marcante como hoje: entra-se na era da viagem imóvel, que conduz turistas de um quarto de hotel Hilton a um outro quarto Hilton; todos são construídos com o mesmo projeto, com os mesmos equipamentos; são mantidos, graças à climatização, à mesma temperatura qualquer que seja o tempo exterior. Os jovens usam em todas as partes os mesmos jeans – mas um número crescente milita nos movimentos fundamentalistas. Os nacionalismos que se acreditava decepados por duas gerações de marxismo-leninismo são mais virulentos do que nunca nos países do Leste. No Ocidente, as religiões instituídas atravessam uma crise, mas uma inquietação religiosa é perceptível entre muitos e traduz-se por uma multiplicação das seitas e pela vontade de experimentar novas formas de culto e de conformar-se aos novos rituais. Há aproximadamente uma década, afirma-se o hábito de dizer que vivemos num mundo pós-moderno. A expressão é primeiramente aplicada à decoração dos edifícios e marca a vontade da geração ascendente dos construtores de romper com a ditadura e os modelos do movimento da arquitetura moderna. Mas a ideia de pós-modernismo aplica-se, igualmente, ao gosto declarado pelos objetos ultrapassados (fala-se também de *kitsch*) como decoração da vida de todos os dias e à liberdade com que se empregam então todos os estilos. O mundo no qual vivemos é aquele dos consumos culturais de massa. (CLAVAL, 2001, p. 49-50).

Todavia, nesse sentido deve-se considerar também que:

A uniformização das técnicas não cessa de se afirmar, mas a resposta de populações que vêm se dissolver algumas das marcas mais antigas de suas identidades é mais forte do que se esperava. As pessoas têm o sentimento de que seu ser profundo está ameaçado pela padronização dos tipos de vida e dos produtos. Elas começam a procurar novas fontes de identidade. [...] A diversidade das culturas apresenta-se cada vez menos fundamentada sobre seu conteúdo material. Ela está ligada à diversidade dos sistemas de representação e de valores que permitem às pessoas se afirmar, se reconhecer e constituir coletividades (CLAVAL, 1999, p. 62).

Segundo Claval (2001, p. 50) essa contextura obrigou os geógrafos a não negligenciarem as dimensões culturais dos fatos que observavam, orientando-os assim, sua curiosidade numa nova direção “as técnicas tornaram-se demasiadamente uniformes para deter a atenção; são as representações, negligenciadas até então, que merecem ser estudadas”.

[...] Mas a geografia quer também entender as atitudes dos indivíduos diante da natureza, o sentido que eles dão às suas vidas e os horizontes futuros que eles constroem e que os guiam nas suas existências.

Para compreender esses aspectos da geografia, temos que partir da ideia de que todas as realidades geográficas são apreendidas por meio de palavras e imagens. As relações entre os seres humanos e a natureza, ou as relações que os seres humanos tecem entre eles nunca são diretas. Elas sempre se apóiam em uma mediação cultural.

A cultura aparece como um conjunto de gestos, práticas, comportamentos, técnicas, *know-how*, conhecimentos, regras, normas e valores herdados dos pais e da vizinhança, e adaptados através da experiência a realidades sempre mutáveis. A cultura é herança e experiência. Ela é também projeção em direção ao futuro. Os outros mundos dos alhures permitem julgar o presente e pensar o futuro: eles dão aos seres humanos o poder de julgar o real, de discernir entre o bem e o mal, de fazer escolhas e tomar decisões conforme as regras morais. Mas cada um constrói, a partir das visões morais que a sociedade lhe oferece, e da sua experiência, horizontes futuros. Graças a esses horizontes, a cultura aparece mais como a força que dá a sua forma ao futuro que como uma repetição do passado.

[...] É sobre essa base que uma reconstrução pós-moderna da geografia parece possível. O seu interesse é de abrir à pesquisa domínios até hoje desprezados (CLAVAL, 2011, p. 163).

Também o mesmo autor traça uma periodização para descrever o declínio da Geografia Cultural Tradicional, para ele esta entra em declínio no decorrer dos anos 1950, 1960 e 1970, devido a três razões:

Falar das culturas sem tratar das representações, das opiniões ou das crenças parece, cada vez mais, absurdo. Uma reflexão sistemática sobre a cultura deve ser realizada, se desejamos que a disciplina reencontre seu crédito. O progresso técnico se acelera e a diversidade dos utensílios e dos equipamentos diminui, ou desaparece completamente. O estudo dos aspectos técnicos das civilizações, o qual estava no cerne da geografia cultural tradicional, apresenta menos interesse. Nas cidades, os tipos de atividades se diversificam, de sorte que a descrição dos gêneros de vida perde sua credibilidade (CLAVAL, 1999, p. 61).

Nos anos 1980 e 1990<sup>2</sup>, a disciplina se moderniza, assiste-se ao nascimento da nova Geografia Cultural quando suas abordagens se transformam. Essa renovação deve-se a dois fatores, um deles diz respeito ao fato da disciplina se confrontar com novas formas de afirmação da diversidade dos grupos, as quais ela não pode ignorar, e o outro se remete ao trabalho de reflexão epistemológica, empreendido pelas ciências sociais e pela geografia desde o início dos anos 1960, que atinge um ponto decisivo, tendo consciência das inconsistências dos princípios positivistas até então aceitos (CLAVAL, 1999).

Desde o início dos anos setenta delinea-se a renovação da Geografia Cultural, então esta se manifesta quase em toda parte da mesma maneira, os lugares não tem somente uma forma e uma cor, uma racionalidade funcional e econômica. Estes estão carregados de sentido para aqueles que os habitam ou que os freqüentam (CLAVAL, 2001).

Após um período de relativa perda de prestígio entre 1940 e 1970, o ressurgimento da Geografia Cultural, significou tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, uma renovação temática e de abordagem. Portanto, o ressurgimento da Geografia Cultural fez-se num contexto pós-positivista e advém da consciência de que a cultura reflete e condiciona a diversidade da organização espacial e sua dinâmica. A dimensão cultural torna-se necessária para a compreensão do mundo (CORRÊA, 1999).

Corrêa indica que após 1970 emergiu uma Geografia das formas simbólicas através das mudanças da Geografia Cultural de base *saueriana*. Essa Geografia recente aborda “a cultura, na qual o simbólico tem enorme centralidade, está em toda parte, manifestando-se de modo diferenciado no espaço e no tempo” (CORRÊA, 2012, p. 133).

---

<sup>2</sup> Rio (2010) define o início dos anos noventa como ‘virada cultural’. “[...] três viradas nas ciências sociais tiveram fortes repercussões na ciência geográfica, durante a última geração de geógrafos: a virada linguística, que ressalta a análise do pesquisador a partir da palavra e das imagens e não diretamente a partir da realidade; a virada espacial da sociologia, que reforça a existência das sociedades em espaços e lugares concretos e não em uma esfera conceitual e abstrata; a virada cultural da geografia humana em que os processos sociais, econômicos e políticos dependem das culturas onde eles ocorrem. Os processos têm, em comum, evidenciar o papel da subjetividade e das representações e os processos culturais” (ALMEIDA, 2009, p. 245).



Para o período contemporâneo, no qual o papel fundador da cultura na Geografia Humana é aceito e reconhecido, segundo Claval (2011) distingue-se duas fases: a primeira, durante os anos setenta e oitenta, marcada por uma explosão de curiosidades e pistas de pesquisas novas; e a segunda, desde 1990, distinta por ensaios que repensam a geografia cultural numa perspectiva pós-moderna.

Nos anos oitenta a postura dos geógrafos começou a mudar, período em que as manifestações territoriais das culturas atraíram o interesse de várias disciplinas das ciências sociais, sensibilizando um número crescente de ambientes da Geografia Humana. Portanto, a renovação da Geografia Cultural se origina sobre o impulso de dois fatores: um fator geral que afetou o conjunto das ciências sociais, resultando no abrandamento do estruturalismo ocorrido um pouco antes; e um fator mais específico, decorrido da insatisfação nas investigações quantitativas, com base estruturalista que foram difundidas no campo da Geografia (ALMEIDA, 2009).

Na atualidade a Geografia Cultural pode ser resumida em duas grandes vertentes de construção do conhecimento. Uma delas é a Geografia Cultural Tradicional fundamentada no estruturalismo, que segundo o ponto de vista de alguns autores, a Escola de Berkeley caracteriza-se como aquela que mais se aproxima dessa corrente. E, a outra apresenta mais consistência a partir dos anos oitenta, correspondendo a Nova Geografia Cultural, assim como a chama Paul Claval, ou Geografia Cultural Renovada, expressão utilizada por Roberto Lobato Corrêa (ALMEIDA, 2009).

Essa renovação ocorreu mais no âmbito da escala. A mudança de escala permitiu estudar sutilezas da cultura impressa no espaço e renunciar a configuração de grandes teorias gerais ou de sínteses ambiciosas. [...] com a nova geografia cultural, houve uma aproximação dos estudos culturais de Raymond Williams, Clifford Geertz e Claude Lévi-Strauss, rompendo, assim, com as fontes utilizadas pela geração de Sauer. Enquanto a primeira tem sua base epistemológica no estruturalismo e faz uso de métodos analíticos que lhe dão uma natureza homogênea, a segunda demonstra uma diversidade em que se distinguem três abordagens mais evidentes: semiótica, espiritualista e eclética (ALMEIDA, 2009, p. 248-249).

Em sua abordagem semiótica, a Geografia Cultural privilegia a relação entre signo e significado, ou seja, “a compreensão e a imaginação que cercam esses dois elementos” (ALMEIDA, 2009, p. 250). Admitindo-se que o símbolo é um tipo de signo e o signo é objeto da semiótica, esta constitui a base teórica referencial para esse ramo da Geografia explorar as conotações simbólicas dos lugares, dos espaços e dos valores que eles possuem (ALMEIDA, 2009).

A mesma autora diz que na perspectiva da semiótica, a cultura é um objeto autônomo na indagação sobre a realidade, e entendida como a criação de símbolos atribuídos a lugares e a

espaços. “Ela é vista como um universo de símbolos e os símbolos atribuídos aos lugares e aos espaços devem constituir-se ou pelo menos devem ser concebidos como objeto de indagação geográfica” (ALMEIDA, 2009, p. 250).

Por exemplo, em um estudo do meio rural, os geógrafos culturalistas baseados na semiótica, identificariam os símbolos que a história da comunidade local atribuiu aos lugares, levando em conta seu usufruto e os valores que são associados aos símbolos. No caso de geógrafos estruturalistas, a explicação se daria preferencialmente com a análise do gênero de vida e a percepção e uso dos recursos naturais (ALMEIDA, 2009).

O espiritualismo se delineou na Europa como outra tendência da Geografia Cultural. Este objetivou deslegitimar o Racionalismo como único procedimento de construção do conhecimento. Assim, “situa a consciência humana, no centro do mundo, valorizando o sujeito. [...] se articula com vários movimentos, leituras e, principalmente, dos modos de considerar a paisagem pelo viés da sensibilidade, mesmo que seja somente pelos aspectos estéticos” (ALMEIDA, 2009, p. 250). Por ser uma abordagem recente, é favorável a abertura de novas possibilidades de pesquisa de valores espirituais que as culturas atribuem aos lugares (ALMEIDA, 2009).

Almeida (2009, p. 251) nos fala que “Claval (2008) destaca uma vivência religiosa para um estudo do interior no presente e no futuro, por parte dos geógrafos. Um futuro que é apresentado em termos de ética, redenção e de pecado”. Destarte, aqueles geógrafos que enveredaram por essa dimensão espiritual descobrem a ideia de um outro mundo para dar sentido à existência humana. Assim, a geografia torna-se sensível à representação artística, daquela poética àquela das artes figurativas, ao sagrado, expressando um recuo ao estruturalismo como característica maior dessa vertente (ALMEIDA, 2009).

Na abordagem eclética, a Geografia Cultural abrange uma ampla gama de elementos e ideias geográficas, que segundo Almeida (2009) compõem um rico mosaico de temas com pouca coerência metodológica. Seus estudos tornam-se mais interdisciplinares, e novos aspectos são vinculados a paisagem: cultura e pobreza, cultura e gênero, cultura e política, cultura e racismo.

Almeida (2009) ainda indica Paul Claval como o protagonista principal dessa abordagem, e que o mesmo “defende a cultura como um produto da história e uma realidade superior. [...] É no exame da paisagem que o movimento eclético demonstra sua mais eloqüente expressão” (ALMEIDA, 2009, p. 251).

Também assume que na paisagem “se encontram ideias próprias, seja sobre a abordagem estruturalista (a paisagem como complexo de formas materiais), seja sobre a abordagem semiótica (a paisagem como conjunto de símbolos que ligam os lugares), seja ainda sobre a abordagem espiritual (valores estéticos)” (ALMEIDA, 2009, p. 251).

Os geógrafos britânicos da abordagem eclética definem a geografia cultural como um estilo de pensamento que reúne uma ampla variedade de questionamentos e de maneiras de respondê-los, assim o cultural modificou o geográfico, tornando possível estudar cada vez mais ‘coisas’, porém também, submetendo cada vez mais coisas a um exame atento. “Pode se afirmar que se trata da democratização do entendimento, da possibilidade de mirar o mundo pelas diferenças que coexistem nele e de aprender dele” (CHRISTLIEB, 2006 apud ALMEIDA, 2009, p. 252).

Assim sendo, após muitos anos de relativa inércia, durante os a década de oitenta, a Geografia obteve novo ânimo, ao desprender-se dos enfoques macroeconômicos e sociológicos para efetuar propostas metodológicas da paisagem. “O enfoque cultural incorporado [...] foi avaliado por alguns geógrafos como uma espécie de oxigênio para sua disciplina” (ALMEIDA, 2009, p. 245).

A partir disso, falava-se em mudança e valorização do enfoque cultural. Na língua inglesa, esse movimento chamou-se *The cultural turn in geography*. Para os franceses denominou-se *le tournant culturel em géographie* e no Brasil ficou conhecido como virada cultural na Geografia (ALMEIDA, 2009).

Conforme, Sarmiento<sup>3</sup> (1999) a Geografia Cultural contemporânea ou Nova Geografia Cultural dedica menos atenção à cartografia de traços culturais na paisagem do que com formas de estar no mundo, preocupando-se mais com as diferenças do que a construção artificial de homogeneidades, quando se pretende compreender as questões culturais.

Segundo Cosgrove e Jackson (2011) uma possível definição dessa “nova” geografia cultural seria: “contemporânea e histórica (mas sempre contextualizada e apoiada na teoria); social e espacial (mas não reduzida a aspectos da paisagem definidos de forma restrita); urbana e rural; atenta à natureza contingente da cultura, às ideologias dominantes e às formas de resistência” (COSGROVE; JACKSON, 2011, p. 136). Conforme essa “nova” geografia “a cultura não é uma categoria residual, mas o meio pelo qual a mudança social é experienciada, contestada e constituída” (COSGROVE; JACKSON, 2011, p. 136).

Para Claval (2006) a Geografia Cultural moderna, ao fazer do homem o centro de sua análise obrigou-se a desenvolver novas abordagens. Esta se construiu em torno de três eixos

---

<sup>3</sup> Este geógrafo português é considerado um dos expoentes de um dos novos enfoques da Geografia Cultural contemporânea – o poscolonialismo. “Com a problemática cultural, o poscolonialismo, nas últimas décadas do século XX, propôs discutir as categorias da diferença e da alteridade. [...] o paradigma poscolonial parte de uma reflexão sobre a experiência de colonização, a desconstrução, a contraposição, a transcendência das presenças e dos legados culturais e ideológicos do imperialismo [...]. Os autores argumentam que o paradigma proposto é quando a geografia encontra-se envolvida em um ‘período de reconhecimento’, dos mundos de experiência, aos quais as categorias tradicionais não conseguem dar respostas satisfatórias. Saindo das instâncias de produção do conhecimento local, as geografias poscoloniais são geografias corporizadas, localizadas num tempo e em um lugar específicos e encontram-se implicadas em programas políticos concretos” (ALMEIDA, 2009, p. 252).

necessários e complementares – primeiro, esta é parte das sensações e das percepções; segundo, a cultura é estudada através da ótica da comunicação, que é compreendida como uma criação coletiva; e terceiro, a cultura é apreendida na perspectiva da construção de identidades.

#### **4 PAISAGEM: REVISANDO A TRAJETÓRIA DO CONCEITO**

Admite-se que a ciência geográfica ocupa há muito tempo um lugar importante na ciência francesa, todavia a modernização a que esta foi submetida no final do século XIX deve muito às alterações que a disciplina teve na Alemanha. “Os geógrafos franceses adotam, então, como modelos Alexandre de Humboldt, Carl Ritter ou Friedrich Ratzel: é o caso de Paul Vidal de La Blache” (CLAVAL, 2001, p. 33). Para Vidal de La Blache como para os geógrafos alemães ou americanos, a cultura pertinente é apreendida através dos instrumentos que as sociedades utilizam e das paisagens que modelam. Contudo, segundo ele, esses elementos não ganham sentido se não são compreendidos como componentes dos gêneros de vida, a noção desse conceito permite lançar um olhar sintético sobre as técnicas, os utensílios ou as maneiras de habitar das diferentes civilizações: “ela os organiza na sucessão dos trabalhos e dos dias [...] e assinala como se relacionam hábitos, maneiras de fazer e paisagens” (CLAVAL, 2001, p. 33). Vidal de La Blache ambicionava explicar os lugares, e não se concentrar nos homens, entretanto, a análise dos gêneros de vida mostra como a elaboração das paisagens reflete a organização social do trabalho (CLAVAL, 2001).

A noção de gênero de vida carrega a geografia humana francesa de uma lógica que estimula a integração de aspectos comportamentais cada vez mais variados e complexos. “Naturalista pela sua origem e suas justificações, ela deriva rapidamente para posições mais humanistas” (CLAVAL, 2001, p. 35).

Mediante as ideias de Ferraz (2007) o entendimento sobre cultura nos estudos geográficos teve sua sistematização e institucionalização a partir do século XIX, nessa época a cultura era tomada como artefatos e técnicas que possibilitavam caracterizar determinado arranjo sócio-paisagístico.

No início do século passado, o modo como os geógrafos apreendiam a cultura não se diferenciava em nada daquela adotada pelos etnógrafos e etnólogos. Interessavam-se preferencialmente pelos utensílios, artefatos, campos, hábitat. Diferenciando-se, os etnólogos acrescentavam um inventário de crenças, mitos e rituais, questionando-se sobre a significação dos tabus ou sobre o papel da magia (CLAVAL, 2001).

Durante os primeiros vinte e cinco anos do século XX, a teoria da cultura enquanto entidade supraorgânica foi esboçada pelos profissionais da Antropologia. “A cultura era vista como uma entidade acima do homem, não redutível às ações dos indivíduos e misteriosamente respondendo a leis próprias” (DUNCAN, 2011, p. 64). Essa perspectiva de cultura que dominou a Geografia Cultural, sendo adotada especificamente por Carl Sauer ao se associar a Kroeber e Lowie em Berkeley nos anos vinte e trinta.

Ferraz (2007) tece alguns comentários sobre o geógrafo Carl Sauer, explicando que seu foco de análise cultural era restrito aos elementos paisagísticos da superfície terrestre passíveis de serem empiricamente catalogados e descritos. E na busca de entender a interação entre homem e natureza, os estudos se limitavam a localidades em que a força de uma tradição latente, assim atendiam mais a uma abordagem estanque das relações sociais e culturais, desconsiderando elementos simbólicos mais dinâmicos e flexíveis.

Os geógrafos culturais optavam por fazer pesquisa em áreas rurais relativamente primitivas, a fim de distinguir uma maior homogeneidade. Assim, “a maior parte do trabalho de Sauer foi realizada nas regiões rurais do México, [...] para que uma suposição de homogeneidade fosse feita, ou tivesse que ser feita devido à escassez de dados” (DUNCAN, 2011, p. 82). Em vista das mudanças já proferidas, sugeriu-se que os geógrafos culturais abandonassem a suposição de homogeneidade e concentrassem sua atenção sobre a escala da instituição que consiste no nível crítico nas complexas sociedades modernas. Pois, “‘passou a era em que se faziam agregações cruas de dados’. [...] os geógrafos têm que se distanciar dessa ‘posição mecanicista e agregativa de menor sofisticação’” (DUNCAN, 2011, p. 83).

Atendendo a ideia anterior, Claval (2001) escreve que desde o final do século XIX admitia-se com frequência nas interpretações paisagísticas, a notável permanência de certos traços de paisagem, ou seja, estáveis por períodos muito longos, especialmente no domínio rural. Em seus trabalhos os aspectos materiais das culturas se sobressaíam mais que as representações. Entretanto, o equilíbrio entre os dois aspectos da análise das culturas modificou-se progressivamente. (CLAVAL, 2001). Ressalta-se que com o abandono do determinismo ambiental, Sauer e seus discípulos acabaram engajados no determinismo cultural. Assim sendo, a visão supraorgânica da cultura a separa dos indivíduos, porém esta precisa dos indivíduos para se realizar. “Os homens atuando como causas eficientes, são descritos como ‘meros agentes’, ‘portadores’ ou ‘mensageiros’ da cultura” (DUNCAN, 2011, 72). E, a causa formal – a cultura – torna-se desse modo reificada, possuindo o poder de fazer as coisas. Não se entendia que a cultura significava o trabalho da humanidade, tendo-se a impressão de que esta era autônoma só porque era anônima.

No decorrer do tempo a ênfase dedicada ao materialismo cultural para entender a realidade histórico-geográfica foi enfraquecendo, e a partir da década de sessenta os novos geógrafos culturais buscaram novas articulações teórico-metodológicas em suas pesquisas. Pode-se dizer que até este período os estudos em Geografia Cultural fundamentavam-se na atenção dada aos artefatos, as construções, as técnicas de plantio, a fabricação de instrumentos, o gênero de vida dos grupos tradicionais.

Assim de acordo com as colocações de Cosgrove (2011) nos estudos dos geógrafos culturais registraram-se evidências da modificação material da superfície terrestre através de várias tecnologias. Contribuindo desse modo para a compreensão sobre a origem dos animais domesticados, o impacto do uso do fogo pelos seres humanos, da água e outras fontes de energia sobre ambientes naturais e propiciou contribuições geográficas para as teorias ecológicas e de difusão. Enfatiza-se, portanto, o papel da tecnologia que tende a uma forma de determinismo em que sua evolução é considerada como tendo seu próprio momento interno, ou então baseada em condições ambientais. “A ênfase na produção material foi desafiada por pesquisadores focalizando ideias, atitudes, crenças e valores que nasceram historicamente a partir da relação entre grupos humanos e seus ambientes” (COSGROVE, 2011, p. 110).

As questões que os geógrafos do início do século se colocavam dos fatos de cultura eram tão estritamente circunscritas que ficavam condenadas a uma visão superficial dos problemas, apresentavam uma tendência de considerá-las como uma realidade de natureza superior imposta aos homens. Assim, “um esforço de aprofundamento fazia-se, portanto, presente. Este não questionava as opções maiores adotadas no início do século, mas a análise dos fatos de cultura achava-se enriquecida” (CLAVAL, 2001, p. 41).

As publicações francesas sobre os aspectos culturais dos fenômenos geográficos declinaram na época da nova geografia, de inspiração econômica, final dos anos sessenta e no começo dos anos setenta. No entanto, a partir de 1970, um novo interesse pela dimensão cultural da experiência geográfica se desenvolveu, esse era uma resposta a problemas específicos da geografia francesa, envolvendo relações com as novas orientações humanistas e radicais da geografia inglesa e americana, desenvolvidas rapidamente a partir de 1975. Todavia, a nova geografia cultural francesa nunca foi uma cópia de nova geografia cultural americana ou inglesa. Podem-se distinguir duas fases no desenvolvimento do novo interesse pelos fatos culturais na geografia francesa: “uma fase de descoberta de novos domínios para a pesquisa geográfica e uma fase na qual a abordagem cultural é adotada para a reconstrução de toda a geografia humana” (CLAVAL, 2011, p. 157-158).

Outras ideias de Cosgrove aceita que reconhecer a individualidade dos lugares produzidos

sua contribuição acadêmica mais significativa. Em estudos que buscam a coerência de lugares, casas, celeiros, associações de cultivos, etc., caracterizando-se pelo uso freqüente e repetitivo de indicadores culturais na paisagem que se observam mais claramente o viés rural e o foco sobre a cultura material. “A esterilidade da classificação certamente foi desafiada por tentativas de estabelecer o reconhecimento de lugares e paisagens como produtos da atividade humana intencional, repleta de significados” (COSGROVE, 2011, p. 111). Para o autor estes trabalhos são valorizados, porque ampliam a compreensão da cultura na Geografia Humana e a relacionam mais intimamente aos *insights* das ciências sociais, particularmente aquelas que criticam o positivismo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente escrito nota-se que o conceito de paisagem acompanhou todo o percurso da ciência geográfica em seu projeto maior de compreensão da organização espacial. Desde a geografia francesa este conceito essencialmente geográfico apoiou as análises desse ramo do conhecimento, no sentido de entendimento das relações entre homem e meio, e especificamente nesse período dedicando atenção ao trato da utilização dos recursos para modelagem das paisagens. Nesse momento, o termo gênero de vida de origem *vidaliana* domina as discussões e interpretações da Geografia, imprimindo suas marcas referenciais nas publicações dessa época.

Ainda no século XIX registra-se a sistematização e institucionalização da cultura – artefatos e técnicas – como modo de caracterizar os arranjos sócio-paisagísticos. E, no início do século XX, o conceito de cultura presente nas análises geográficas não se diferencia daquele usado na Antropologia, expressando grande interesse pelos aspectos materiais – utensílios, artefatos, campos, hábitat.

Dessa maneira, a influência *saueriana* da geografia americana, se realiza fixando seu foco de análise cultural com ênfase para catalogação e descrição de elementos paisagísticos da superfície terrestre. Tais pesquisas indicavam comumente uma força de tradição latente de seus objetos de estudo, perfazendo abordagens estanques de relações sociais e culturais, e desconsiderando elementos simbólicos mais dinâmicos e flexíveis. Assim, essa etapa caracteriza-se por uma posição mecanicista e agregativa de menor sofisticação na execução das análises.

Na segunda metade do século passado, evidências espaciais e tecnológicas demonstravam que algumas porções da superfície terrestre encontravam-se culturalmente modificadas. A partir daí tem-se o início de um período de enfraquecimento desse meio de análise geográfica, expressado por um recuo da incorporação de atributos estruturalistas nas pesquisas. Essa transformação da base Geoiingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá, v. 6, n. 1, p. 110-135, 2014  
ISSN 2175-862X (on-line)

teórica referencial da Geografia Cultural Tradicional, nesse momento já denominada de Nova Geografia Cultural, distingue-se pelos enfoques culturais fornecidos aos estudos que se preocupavam com as conotações simbólicas dos lugares, dos espaços e dos valores.

Finaliza-se, mencionando a relevância teórica e metodológica dos diferentes procedimentos interpretativos da ciência geográfica no que se refere ao processo de construção do conceito de paisagem. Na linha evolutiva seguida pelo conceito ao longo do pensamento geográfico, uma das importantes etapas das pesquisas sobre paisagem observa-se a individualidade dos lugares consequente da ação humana, compreendida como um dos fundamentos mais duradouros da Geografia e umas de suas contribuições acadêmicas mais significativas.

Conclui-se ainda que na conjuntura da Nova Geografia Cultural, dentre as diferentes abordagens possíveis, na esfera da abordagem eclética a paisagem se sobressai como complexo de formas materiais e de símbolos que ligam os lugares, e até por seus valores estéticos. Acumulando nesse único ponto de vista elementos da abordagem espiritualista, da semiótica e do estruturalismo, no caso dos últimos confirma-se o fato de que estes se conservam significativos e operacionais em interpretações paisagísticas na fase atual de desenvolvimento do conceito.

## 6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. G. de. Geografia Cultural: contemporaneidade e um *flashback* na sua ascensão no Brasil. In: MENDONÇA, F.; et. al. (orgs.). **Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico**. Curitiba: Ademadan, 2009. p. 243-260.

BERDOULAY, V. Espaço e cultura. In: CASTRO, I. E. et. al. (orgs.). **Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 101-131.

CLAVAL, P. A Geografia Cultural: o estado da arte. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. p. 59-122.

\_\_\_\_\_. Aprofundamento, crise e renovação. In: \_\_\_\_\_. **A Geografia Cultural**. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2001. p. 41-62.

\_\_\_\_\_. As abordagens da Geografia Cultural. In: CASTRO, I. E. de; et. al. (orgs.). **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 89-117.



\_\_\_\_\_. A contribuição francesa ao desenvolvimento da abordagem cultural na Geografia. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Introdução à Geografia Cultural**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p. 147-166.

CORRÊA, R. L. Geografia Cultural: passado e futuro – uma introdução. In: ROSENDAHL, Z.; \_\_\_\_\_. (orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. p. 49-58.

\_\_\_\_\_.; ROSENDAHL, Z. Geografia Cultural: introduzindo a temática, os textos e uma agenda. In: \_\_\_\_\_. (orgs.). **Introdução à Geografia Cultural**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p. 9-18.

\_\_\_\_\_. Espaço e simbolismo. In: CASTRO, I. E. de. et. al. (orgs.). **Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 133-153.

COSGROVE, D. E. Em direção a uma Geografia Cultural Radical: problemas da teoria. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Introdução à Geografia Cultural**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p. 103-134.

\_\_\_\_\_; JACKSON, P. Novos rumos da Geografia Cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Introdução à Geografia Cultural**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p. 135-146.

DUNCAN, J. S. O supraorgânico na Geografia Cultural americana. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Introdução à Geografia Cultural**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p. 63-102.

FERRAZ, C. B. O. O estudo geográfico dos elementos culturais – considerações para além da Geografia Cultural. **Revista Terra Livre**, Presidente Prudente v. 2, n. 29, p. 29-50, 2007.

HOLZER, W. O lugar na Geografia Humanista. **Revista Território**, Rio de Janeiro. n. 7, p. 67-78, 1999.

LUCHIARI, M. T. D. P. A (re)significação da paisagem no período contemporâneo. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001. p. 9-28.

MOREIRA, M. A. N. A paisagem enquanto instrumento turístico de interpretação: em busca de melhores condições de vida para a população no entorno da APA de Alto Rio Doce, Minas Gerais, Brasil. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 12., 2009, Montevideu. **Anais...** 2009, p. 1-15.

NORTON, W. Introducing Cultural Geography. In: \_\_\_\_\_. **Cultural Geography: themes, concepts, analyses**. Oxford: Oxford University Press, 2000. p. 1-26.

RIO, G. A. P. Jogo de espelhos: a dimensão cultural do econômico. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Economia, cultura e espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010. p. 15-36.

RISSO, L. C. Paisagens e cultura: uma reflexão teórica a partir do estudo de uma comunidade indígena amazônica. In: **Espaço e cultura**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 67-76, jan/jun. 2008.

SARMENTO, J. Geografia Cultural e Geografia do Turismo: configurações para o final da década de noventa. CONGRESSO DA GEOGRAFIA PORTUGUESA, 3., 1999, Lisboa. **Anais...** 1999. p. 163-172.

SAUER, C. O. **La morfología del paisaje**. Disponível em: <<http://www.revistapolis.cl/15/sau.htm>> Acesso em: 11 set. 2011.

WAGNER, P. L.; MIKESELL, M. W. Os temas da geografia cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Introdução à Geografia Cultural**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p. 27-61.